

PROCESSO FORMATIVO COM PROFISSIONAIS EM CASA DE ACOLHIMENTO: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

LIRA¹, Elyn Viana de (elynviana@hotmail.com); SILVA¹, Stefanny Aparecida (stefannysilva@hotmail.com); BARBOSA¹, Danielly Miranda (dani_miranda27@hotmail.com); PEREIRA², Veronica Aparecida (veronica.ufgd.tci@gmail.com);

¹ Discente do curso de Psicologia da UFGD – Dourados; Bolsista Proext-2015-2016

² Docente do curso de Psicologia da UFGD – Dourados;

O Estatuto da Criança e do adolescente estabelece as condições para funcionamento de casas de acolhimento para crianças em condições de risco e vulnerabilidade, sendo crucial assegurar às crianças acolhidas efetivas condições de proteção e atendimento dos seus direitos e necessidades. Cada casa de acolhimento precisa ter uma equipe técnica de modo a assegurar acompanhamento e avaliações das crianças acolhidas, seja para reinserção em família de origem, encaminhamento à família extensa ou para adoção, quando esgotadas as possibilidades de reinserção familiar. Esse período de avaliação e acompanhamento não pode exceder dois anos. No entanto, não só a equipe técnica, mas todos os profissionais que atendem as crianças devem estar devidamente preparados, de modo a viabilizar uma convivência segura e fraterna. Neste contexto, propôs-se a partir de um programa de extensão multidisciplinar, reconhecer as demandas existentes, por parte dos profissionais, em uma casa de acolhimento e promover encontros reflexivos para formação em serviço. A caracterização da demanda foi realizada em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes do sexo feminino, no interior do Mato Grosso do Sul. Foram realizadas atividades de observação participante, nas quais as pesquisadoras buscaram conhecer o cotidiano da instituição e a rotina com as crianças e adolescentes. Logo após, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a equipe técnica e cuidadoras, aplicação do Inventário de Estilos Parentais e observações sistemáticas da interação com as crianças. Os resultados da entrevista indicaram que as profissionais embora busquem o bem estar das crianças e adolescentes acolhidas utilizando-se de práticas de monitoria positiva e comportamento moral, recorrem a práticas de monitoria negativa em outros momentos, tornando sua atuação inconsistente, ou de acordo com o humor ou crença da monitora responsável. Diante desse quadro, foram propostas oficinas junto às monitoras para discussão de práticas educativas e planejamento de ações que possam favorecer a convivência durante o acolhimento. Na primeira oficina foram destacadas as dificuldades no estabelecimento de regras e altas frequências de comportamentos agressivos entre as acolhidas (entre os pares e com as monitoras). Houve acolhimento e a proposta foi apresentada. Os encontros seguintes propiciaram, mediante a técnica de *role playing*, colocar-se no lugar do outro, perceber seus sentimentos e enfrentar de forma diferente a situação problema. Isto favoreceu a percepção de que várias ações das monitoras mantêm os comportamentos agressivos das acolhidas por reforçamento negativo. A equipe aumentou a observação de suas ações e está discriminando melhor as consequências produzidas. O enfoque atual está voltado a percepção das habilidades sociais apresentadas pelas acolhidas e a necessidade de reforçamento positivo dos comportamentos habilidosos. Busca-se principalmente estabelecer condições de acolhimentos pautadas em práticas de monitoria positiva e atendimento dos direitos e necessidades das crianças e adolescentes atendidos.

Palavra-chave: acolhimento de crianças; formação de educadoras; práticas de monitoria positiva.

Agradecimentos: AO MEC – pela bolsa e recursos concedidos ao projeto – Edital PROEXT-2015-2016.